



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

A relação do uso não prescrito de psicoestimulantes e suas implicações na saúde mental de estudantes do ensino Superior: revisão integrativa da literatura

Brenda Lima de Paula, Tayana Cecília da Silva Frota, Erika Priscilla Freitas Hounsell, Júlio César Pinto de Souza



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n3p545-573>

Artigo recebido em 10 de Março e publicado em 10 de Maio de 2026

REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

RESUMO

O uso não prescrito de psicoestimulantes por estudantes universitários tem se tornado uma prática cada vez mais discutida no contexto acadêmico, especialmente diante das exigências de produtividade, desempenho e competitividade presentes no ensino superior. Nesse cenário, substâncias como metilfenidato, lisdexanfetamina e modafinil são frequentemente utilizadas sem acompanhamento médico, com a expectativa de melhorar a concentração, reduzir o cansaço e ampliar o rendimento nos estudos. Este artigo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas sobre o uso não prescrito de psicoestimulantes entre universitários e suas relações com a saúde mental e o desempenho acadêmico. A busca foi realizada nas bases LILACS, SciELO, Google Acadêmico e BVS, utilizando descritores relacionados a psicoestimulantes, estudantes universitários, saúde mental e desempenho acadêmico. Foram identificados 972 registros, dos quais 25 estudos compuseram a amostra final, mediante os critérios de inclusão e exclusão, conforme as etapas do fluxograma PRISMA 2020. Os resultados indicaram que o uso não prescrito dessas substâncias está associado a fatores como pressão acadêmica, sobrecarga de estudos, busca por melhor rendimento, automedicação e influência de pares. Embora muitos estudantes relatam benefícios imediatos, como maior atenção e disposição, os estudos também apontam riscos importantes, incluindo ansiedade, insônia, irritabilidade, dependência, efeitos cardiovasculares e prejuízos ao bem-estar psicológico. Conclui-se que o uso não prescrito de psicoestimulantes no ensino superior constitui um fenômeno complexo, atravessado por dimensões acadêmicas, sociais e subjetivas, exigindo ações educativas, preventivas e institucionais voltadas à promoção da saúde mental universitária.

Palavras-chave: Psicoestimulantes. Estudantes universitários. Saúde mental. Metilfenidato. Ensino superior.

ABSTRACT

The non-prescribed use of psychostimulants among university students has become an increasingly discussed practice in the academic context, especially in light of the demands for productivity, performance, and competitiveness in higher education. In this scenario, substances such as methylphenidate, lisdexamfetamine, and modafinil are often used without medical supervision, with the expectation of improving concentration, reducing fatigue, and enhancing academic performance. This article aimed to analyze, through an integrative literature review, the scientific evidence on the non-prescribed use of psychostimulants among university students and its relationship with mental health and academic performance. The search was conducted in the LILACS, SciELO, Google Scholar, and BVS databases, using descriptors related to psychostimulants, university students, mental health, and academic performance. A total of 972 records were identified, of which 25 studies composed the final sample, according to the inclusion and exclusion criteria, following the stages of the PRISMA 2020 flow diagram. The results indicated that the non-prescribed use of these substances is associated with factors such as academic pressure, study overload, the search for better performance, self-medication, and peer influence. Although many students report immediate benefits, such as increased attention and energy, the studies also point to important risks, including anxiety, insomnia, irritability, dependence, cardiovascular effects, and impaired psychological well-being. It is concluded that the non-prescribed use of psychostimulants in higher education is a complex phenomenon, shaped by academic, social, and subjective dimensions, requiring educational, preventive, and institutional actions aimed at promoting university students' mental health.

Keywords: Psychostimulants. University students. Mental health. Methylphenidate. Higher education.

Instituição afiliada - Faculdade Metropolitana de Manaus

Autor correspondente: Brenda Lima de Paula

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A entrada na universidade representa, para milhares de jovens brasileiros, um rito de passagem marcado por transformações profundas. É o momento em que se cruza o limiar entre a adolescência e a vida adulta, quando as responsabilidades se multiplicam e a autonomia, antes apenas imaginada, torna-se uma exigência concreta. No entanto, esse processo de transição, longe de ser linear ou isento de tensões, tem se revelado um período de vulnerabilidade acentuada para a saúde mental dos estudantes. As cobranças por alto rendimento acadêmico, a competitividade, as noites mal dormidas em função de extensas jornadas de estudo e a pressão por construir um currículo considerado exemplar configuram um cenário no qual o sofrimento psíquico encontra terreno fértil para se desenvolver (Graner; Cerqueira, 2019; Sahão; Kienen, 2021).

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, em *Sociedade do cansaço*, descreve com precisão o ethos que passou a orientar as subjetividades contemporâneas. Han (2017) argumenta que a antiga sociedade disciplinar, pautada por proibições e coerções externas, foi progressivamente substituída por uma sociedade do desempenho, na qual a violência já não se impõe apenas de fora para dentro, mas passa a operar também pela via da autoexploração. Trata-se de um modelo social que internaliza a lógica da produtividade e transforma cada indivíduo em gestor de si mesmo, constantemente convocado a render mais, produzir mais e falhar menos, ou seja, “o explorador é ao mesmo tempo explorado” (Han, 2017, p. 30). Nesse horizonte, o adoecimento psíquico deixa de ocupar um lugar periférico e passa a expressar, em muitos casos, uma forma de sofrimento inscrita nas próprias exigências do tempo presente.

É dentro dessa cultura, marcada pela exigência de alta performance e pela internalização da cobrança como mecanismo de autoexploração, que se insere o fenômeno do uso não prescrito de psicoestimulantes entre estudantes. Substâncias como o metilfenidato, comercializado no Brasil sob nomes como Ritalina®, e a lisdexanfetamina, presente no Venvanse®, indicadas clinicamente para condições

específicas como o Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, vêm sendo utilizadas por universitários sem diagnóstico formal ou acompanhamento médico, com a expectativa de ampliar a concentração, prolongar o estado de vigília e sustentar o rendimento acadêmico (Rodrigues et al., 2021; Amaral et al., 2022).

A literatura nacional e internacional tem mostrado que esse consumo não se reduz a uma prática isolada, mas se articula a um imaginário de aprimoramento cognitivo bastante difundido no ambiente universitário. Nesse contexto, o chamado *neuroenhancement* aparece associado à crença de que determinados fármacos poderiam potencializar capacidades mentais em indivíduos saudáveis, sobretudo em períodos de prova, sobrecarga curricular e maior competição acadêmica. Contudo, as evidências disponíveis não sustentam de forma consistente a ideia de benefício cognitivo relevante para pessoas sem indicação clínica, ao mesmo tempo em que apontam para riscos importantes relacionados ao uso não prescrito dessas substâncias (Monteiro et al., 2017; Nasário; Matos, 2022).

Pesquisas realizadas no Brasil indicam, ainda, que esse uso tende a aparecer com maior frequência entre estudantes de cursos da área da saúde, especialmente em contextos nos quais a rotina acadêmica é atravessada por longas cargas horárias, privação de sono e pressão por desempenho. Nesses casos, o medicamento passa a ser mobilizado menos como recurso terapêutico e mais como estratégia instrumental de enfrentamento das exigências universitárias. Além disso, estudos mostram que os principais motivos relatados pelos estudantes envolvem melhora da atenção, aumento da capacidade de estudar por mais tempo e tentativa de responder às demandas acadêmicas em situações de intenso desgaste (Rodrigues et al., 2021; Amaral et al., 2022; Nasário; Matos, 2022).

Entretanto, embora os estudos epidemiológicos tenham avançado no mapeamento da prevalência, das motivações e das formas de acesso a esses medicamentos, ainda permanece a necessidade de sistematizar de maneira mais aprofundada suas implicações para a saúde mental dos estudantes universitários. Parte significativa da produção disponível concentra-se na descrição do consumo e de seus fatores associados, enquanto ainda são mais escassas as sínteses voltadas à compreensão dos efeitos subjetivos, emocionais e psicopatológicos relacionados a esse uso fora de indicação clínica. Por isso, o tema exige uma leitura que ultrapasse a simples

quantificação da prática e considere também suas repercussões no sofrimento psíquico, no sono, na ansiedade, no estresse e em outras dimensões da experiência estudantil (Graner; Cerqueira, 2019; Monteiro et al., 2017; Nasário; Matos, 2022).

Diante dessa complexidade, que envolve dimensões socioculturais, acadêmicas, farmacológicas e psicológicas, torna-se pertinente o uso de um método de revisão capaz de reunir e articular resultados provenientes de diferentes delineamentos de pesquisa. Foi nesse horizonte que o presente artigo se propôs a investigar as principais evidências científicas acerca das implicações do uso não prescrito de psicoestimulantes na saúde mental de estudantes universitários, caracterizando os padrões de consumo dessas substâncias, os fatores associados à sua utilização e os impactos psíquicos relacionados a essa prática. Para isso, foi elaborada uma síntese organizada em categorias analíticas que contemplam a prevalência do uso, suas motivações e os efeitos associados sobre a saúde mental. Na sequência, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados e suas implicações para a prática e para futuras pesquisas.

METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como revisão integrativa da literatura, modalidade de pesquisa bibliográfica que busca reunir e sintetizar resultados de estudos teóricos e empíricos sobre um determinado fenômeno, possibilitando uma compreensão ampliada do conhecimento produzido sobre o tema. Esse tipo de revisão favorece a sistematização de evidências e a identificação de lacunas na literatura, sendo especialmente útil quando se pretende examinar objetos complexos e multifacetados (Souza; Silva; Carvalho, 2010; Whittemore; Knafl, 2005).

A abordagem integrativa permite a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, como pesquisas quantitativas, qualitativas, observacionais e revisões, o que a torna adequada para investigar fenômenos que envolvem múltiplas dimensões analíticas, como as implicações do uso não prescrito de psicoestimulantes na saúde mental de estudantes universitários. Além disso, sua amplitude metodológica contribui para uma leitura mais abrangente do fenômeno investigado (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014; Whittemore; Knafl, 2005).

Procedimento de Coleta Dados

A busca bibliográfica foi realizada no mês de março e abril de 2026 por duas pesquisadoras, de forma independente, a fim de minimizar vieses e ampliar a confiabilidade do processo de seleção dos estudos. As bases de dados consultadas foram LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), esta última incluída com a finalidade de ampliar a recuperação de estudos nacionais relacionados ao uso de psicoestimulantes, metilfenidato, lisdexanfetamina e saúde mental no contexto acadêmico.

A pergunta norteadora da revisão foi estruturada com base na estratégia PICO, composta por: P (população), estudantes do ensino superior; I (fenômeno de interesse), uso não prescrito de psicoestimulantes, como metilfenidato, anfetaminas e lisdexanfetamina; e Co (contexto), saúde mental no ambiente universitário (Souza et al., 2010). A partir dessa organização, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as implicações do uso não prescrito de psicoestimulantes na saúde mental de estudantes do ensino superior descritas na literatura científica?

Os descritores utilizados foram extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, conforme a seguinte estratégia: (“estudantes” OR “universitários”) AND (“psicoestimulantes” OR “metilfenidato” OR “anfetaminas” OR “lisdexanfetamina”) AND (“saúde mental” OR “transtornos mentais” OR “ansiedade” OR “depressão”). Foram aplicados filtros de data de publicação (2020-2025), idioma (português) e disponibilidade de texto completo.

O processo de seleção dos estudos foi conduzido conforme as etapas do fluxograma PRISMA 2020, assegurando maior transparência e reprodutibilidade ao percurso metodológico (Page et al., 2022). Na etapa de identificação, foram recuperados 972 registros nas bases consultadas, distribuídos da seguinte forma: LILACS (n = 312), SciELO (n = 245), Google Acadêmico (n = 290) e BVS (n = 125). Após a aplicação dos filtros de ano de publicação, idioma e disponibilidade do texto completo, permaneceram 249 registros para a etapa seguinte.

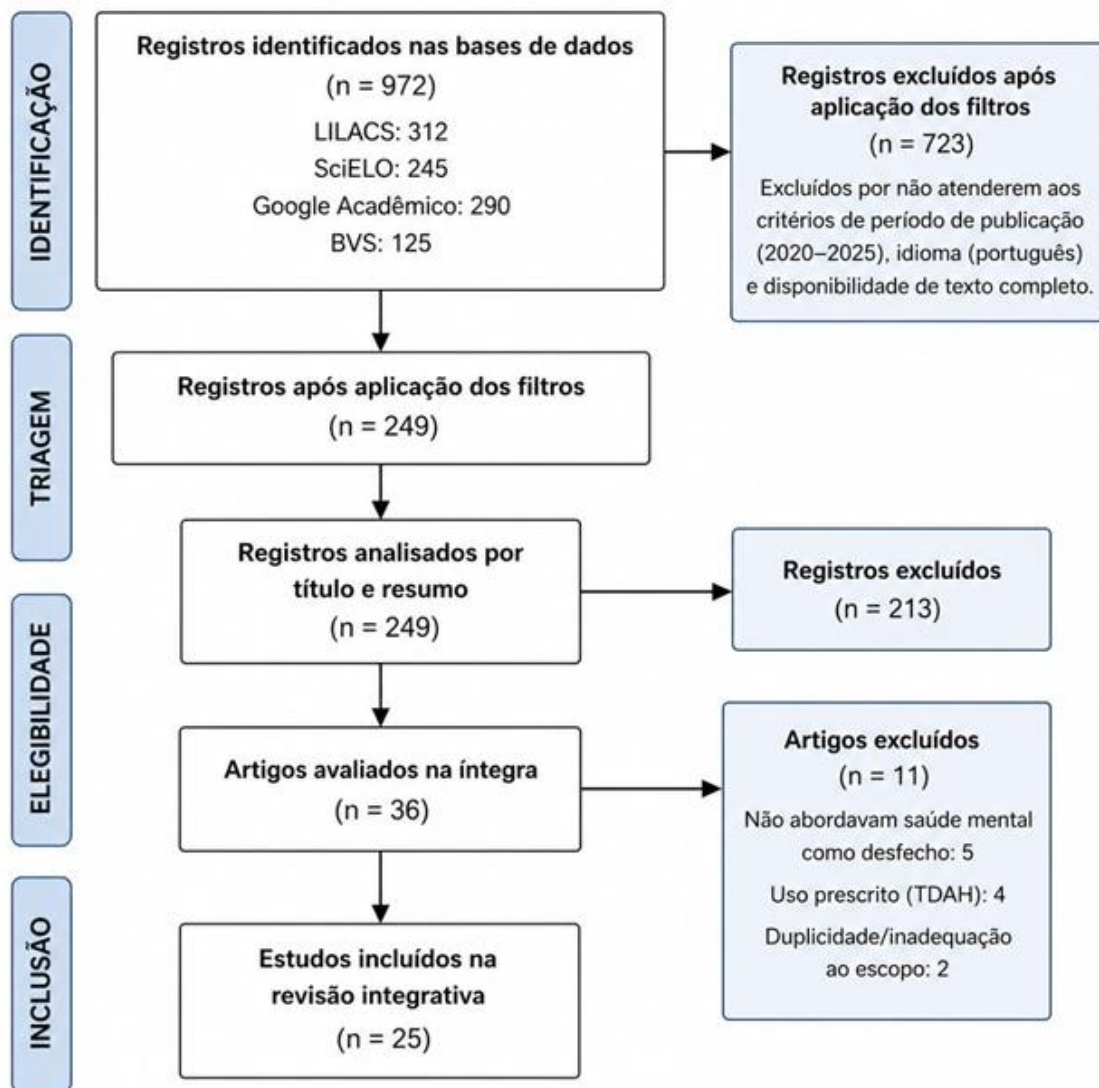
Na triagem, os 249 estudos foram organizados em planilha eletrônica, o que permitiu a identificação de duplicidades e a análise inicial dos títulos e resumos. Nessa fase, foram excluídos os trabalhos que não respondiam diretamente à pergunta de



pesquisa, não abordavam o uso não prescrito de psicoestimulantes ou não estabeleciam relação com saúde mental, desempenho acadêmico ou contexto universitário. Ao final desse processo, 36 estudos foram selecionados para leitura na íntegra.

Na etapa de elegibilidade, os 36 estudos pré-selecionados foram avaliados integralmente. Desse total, 11 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos: cinco não abordavam a saúde mental como desfecho específico, quatro tratavam exclusivamente do uso prescrito para TDAH, dois apresentavam duplicidade temática ou inadequação ao escopo da revisão. Assim, 25 estudos compuseram a amostra final da revisão integrativa.

Figura 1 - Fluxograma Prisma 2020: Processo de elegibilidade



Fonte: Autoria própria (2026).

Procedimento de análise de dados

Para a análise dos dados, adotou-se a análise temática de conteúdo, de natureza qualitativa, fundamentada na proposta de Minayo (2014) e operacionalizada para revisões integrativas conforme Dantas et al. (2022). Esse processo foi desenvolvido em três etapas articuladas, permitindo organizar, interpretar e sintetizar os achados dos estudos incluídos na revisão.

A primeira etapa correspondeu à pré-análise, momento em que se realizou a leitura flutuante, atenta e exaustiva dos estudos selecionados, com o objetivo de favorecer uma aproximação inicial com o material e identificar elementos recorrentes relacionados ao uso não prescrito de psicoestimulantes entre estudantes do ensino



superior. Essa leitura possibilitou reconhecer aspectos vinculados aos padrões de consumo, às motivações para o uso, às formas de acesso às substâncias e às repercussões descritas sobre a saúde mental dos universitários.

Em seguida, na etapa de exploração do material, foram selecionados trechos significativos que abordavam as implicações do uso não prescrito de psicoestimulantes, especialmente no que se refere à busca por desempenho acadêmico, ao aumento da concentração, à redução do sono, aos efeitos adversos e aos impactos emocionais associados, como ansiedade, insônia, irritabilidade, alterações de humor, dependência psíquica e piora da qualidade de vida. Esses fragmentos foram organizados em categorias temáticas, posteriormente refinadas de modo a expressar, com maior fidelidade, os sentidos presentes nos estudos analisados (Dantas et al., 2022).

Na etapa final, correspondente à interpretação dos dados, as categorias construídas foram discutidas à luz da literatura sobre saúde mental universitária, medicalização da vida acadêmica, uso racional de medicamentos e cultura do desempenho no ensino superior. Assim, a análise não se limitou à descrição dos achados, mas buscou compreender como o uso não prescrito de psicoestimulantes se articula às exigências acadêmicas, às vulnerabilidades psíquicas dos estudantes e às condições institucionais que podem favorecer a manutenção dessa prática (Minayo, 2014; Dantas et al., 2022). Os resultados foram apresentados de forma narrativa e descritiva, conforme orientam Sousa et al. (2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 25 estudos selecionados incluem revisões sistemáticas, revisões integrativas, estudos transversais, estudos descritivos e observacionais, todos desenvolvidos no contexto brasileiro e direcionados à investigação do uso não prescrito de psicoestimulantes entre estudantes do ensino superior. A organização dos achados permitiu identificar três eixos temáticos centrais: os padrões de consumo e suas motivações, os efeitos adversos e implicações para a saúde mental, e os fatores contextuais e institucionais associados à prática. A síntese desses eixos é apresentada no Quadro 1, que reúne as principais características e contribuições de cada estudo incluído.

Quadro 1 – Lista de estudos selecionados com base no critério de inclusão, com seu respectivo ano, autor, tipo de estudo e principais resultados da pesquisa.

Ano	Autores	Tipo de estudo	Breve resumo sobre a obra
2020	Silva et al.	Revisão sistemática	Sintetiza estudos sobre o uso indevido de metilfenidato por universitários da área da saúde no Brasil, apontando busca por melhora de desempenho, facilidade de acesso e riscos do uso sem prescrição.
2021	Carneiro; Gomes; Borges	Estudo transversal	Analisa o perfil de uso de metilfenidato entre estudantes de medicina e suas variáveis correlatas, incluindo qualidade do sono e atividade física, relacionando o consumo aos hábitos de saúde.
2021	Mezacasa Júnior et al.	Estudo observacional de painel	Analisa a evolução do consumo de psicoestimulantes entre estudantes de Medicina da FURG entre 2015 e 2018, mostrando aumento da prevalência de uso de 58% para 68%, com destaque para o crescimento do uso de metilfenidato e para a percepção de melhora na concentração, memória e raciocínio.
2021	Rodrigues et al.	Estudo transversal	Identifica prevalência, fatores associados, conhecimentos, motivações e percepções sobre o uso não prescrito de metilfenidato; destaca o melhoramento cognitivo como principal motivo e relata efeitos indesejados.
2021	Praxedes; Figueirêdo	Revisão sistemática	Sistematiza a literatura brasileira sobre o uso de metilfenidato entre universitários, ressaltando alterações comportamentais e de humor associadas ao consumo.
2021	Rosa et al.	Estudo transversal, quantitativo	Analisa o uso de metilfenidato entre estudantes de medicina, identificando prevalência aproximada de 23,77%, com destaque para uso voltado ao rendimento acadêmico e obtenção, em grande parte, por vias não prescritas.



A relação do uso não prescrito de psicoestimulantes e suas implicações na saúde mental de estudantes do ensino Superior: revisão integrativa da literatura

Paula et. al.

2022	Moreira et al.	Estudo transversal, observacional e analítico	Investiga o uso do cloridrato de metilfenidato entre jovens estudantes de medicina, apontando alta frequência de uso sem prescrição, motivações ligadas à produtividade e presença de efeitos colaterais.
2022	Santos et al.	Estudo transversal, quantitativo, descritivo e observacional	Examina o uso não prescrito de metilfenidato entre universitários de Farmácia, evidenciando consumo para neuroaprimoramento, obtenção por amigos e discussão sobre barreiras ao uso racional de medicamentos.
2022	Amaral et al.	Revisão da literatura	Discute a prevalência do uso de metilfenidato por estudantes de medicina, as motivações ligadas ao desempenho acadêmico e a necessidade de ações preventivas e educativas nas universidades.
2022	Meiners et al.	Estudo descritivo em duas etapas (quantitativa e qualitativa)	Investiga percepções e uso de metilfenidato entre universitários da área da saúde, mostrando uso sem prescrição, frequência de eventos adversos e associação com o chamado <i>doping intelectual</i> .
2022	Nasário; Matos	Pesquisa descritiva, quantitativa	Analisa a relação entre uso não prescrito de metilfenidato e desempenho acadêmico em estudantes de medicina, problematizando o neuroaprimoramento e mostrando ausência de vantagem acadêmica clara.
2023	Laet et al.	Revisão de literatura	Reúne estudos sobre prevalência, motivações, formas de obtenção e riscos percebidos do uso de metilfenidato por universitários brasileiros.
2023	Oliveira; Dutra; Fófano	Estudo descritivo, quantitativo e transversal	Relaciona o consumo de psicoestimulantes em estudantes de medicina a carga horária intensa, estresse e problemas emocionais, destacando efeitos como distúrbios do sono, nervosismo e palpitações.



A relação do uso não prescrito de psicoestimulantes e suas implicações na saúde mental de estudantes do ensino Superior: revisão integrativa da literatura

Paula et. al.

2023	Barbosa; Marquez; Assunção	Revisão de literatura	Discute o uso inadequado de Ritalina para melhoramento acadêmico, enfatizando a falsa percepção de segurança do fármaco e a necessidade de apoio psicológico e estratégias saudáveis de enfrentamento do estresse.
2023	Marinho et al.	Revisão integrativa	Apresenta panorama do uso de estimulantes cerebrais entre estudantes de medicina, relacionando o consumo ao desejo de melhorar o desempenho acadêmico por meio da redução do sono e do cansaço.
2023	Vieira et al.	Revisão integrativa	Aborda o uso indiscriminado de Ritalina entre estudantes da saúde, reunindo dados sobre causas, prevalência, efeitos adversos e repercussões como insônia, alteração de humor e ansiedade.
2023	Teodoro et al.	Revisão da literatura	Examina o uso de metilfenidato e lisdexanfetamina por estudantes universitários de medicina, ressaltando o consumo por acadêmicos saudáveis e os impactos do uso inadequado sobre a saúde.
2023	Siqueira; Neto; Brito	Revisão integrativa da literatura	Investiga a prevalência, as motivações e as consequências do uso de metilfenidato entre estudantes de medicina, apontando alta taxa de consumo, facilidade de obtenção sem receita e ausência de evidência consistente de ganho acadêmico.
2024	Souza et al.	Estudo observacional analítico, transversal	Compara o consumo não prescrito de metilfenidato e lisdexanfetamina entre estudantes de medicina e direito, mostrando maior prevalência em medicina e uso voltado ao aumento de foco e atenção.
2024	Araújo	Estudo transversal, descritivo e quantitativo	Analisa o consumo de neuroestimulantes por estudantes de medicina, destacando predomínio do metilfenidato, uso não prescrito, motivações ligadas à concentração e ocorrência de eventos

			adversos.
2024	Rouso et al.	Revisão da literatura	Revisa o uso sem prescrição médica de metilfenidato e lisdexanfetamina por estudantes de medicina, enfatizando automedicação, desempenho acadêmico e riscos associados.
2024	Lopes et al.	Revisão sistemática	Discute o impacto do metilfenidato e do Venvanse na qualidade de vida de estudantes de medicina, ressaltando riscos de dependência, efeitos colaterais e agravamento de problemas de saúde mental.
2025	Gomes et al.	Estudo/revisão narrativa	Aponta tendência de uso não prescrito de metilfenidato por estudantes da área médica, sobretudo em contextos marcados por pressão e exigência acadêmica.
2025	Pimentel et al.	Revisão de literatura qualitativa	Analisa o uso indiscriminado do cloridrato de metilfenidato, destacando repercussões como alterações do sono, dependência psíquica e impactos negativos à saúde mental dos universitários.
2025	Mendes et al.	Estudo transversal e descritivo	Investiga o uso de substâncias para melhorar o desempenho acadêmico entre estudantes de curso preparatório para Medicina, identificando prevalência de 28,4%, com destaque para metilfenidato, lisdexanfetamina e uso frequente sem prescrição médica.

Fonte: Autoria própria (2026).

Padrões de consumo e motivações para o uso não prescrito de psicoestimulantes

Antes de olhar para os números, a imagem de Sísifo ajuda a iluminar o pano de fundo deste fenômeno. Condenado a empurrar continuamente uma pedra montanha acima, apenas para vê-la rolar de volta e reiniciar o mesmo esforço, Sísifo expressa uma



lógica de trabalho interminável, repetitivo e nunca plenamente concluído. Algo semelhante atravessa a experiência universitária contemporânea, marcada por prazos sucessivos, avaliações constantes, privação de sono e sensação persistente de insuficiência. Para muitos estudantes, sempre há algo mais a ler, produzir, entregar ou alcançar (Bispo; Rosa, 2017).

Han (2017) contribui para compreender esse cenário ao discutir a sociedade do desempenho, na qual a cobrança deixa de vir apenas de fora e passa a ser internalizada pelo próprio sujeito. O estudante não apenas responde às exigências acadêmicas; muitas vezes, aprende a vigiar e explorar a si mesmo em nome da produtividade. Nesse contexto, o uso não prescrito de psicoestimulantes não aparece como um ato isolado ou meramente individual, mas como parte de uma cultura que transforma rendimento em valor e cansaço em obstáculo a ser superado a qualquer custo (Han, 2017; Rodrigues et al., 2021; Amaral et al., 2022; Gomes et al., 2025).

Os estudos reunidos nesta revisão mostram que essa prática já se apresenta de modo expressivo no ensino superior, especialmente entre estudantes da área da saúde. Embora os percentuais variem conforme o desenho metodológico e o contexto investigado, os dados indicam uma presença que não pode ser tratada como episódica. Souza et al. (2024) identificaram uso de psicoestimulantes em 8,41% dos estudantes de Medicina avaliados, enquanto Rosa et al. (2021), em estudo com 122 acadêmicos de Medicina de um Centro Universitário de Porto Velho, observaram que 29 estudantes relataram fazer ou já ter feito uso de metilfenidato, o que corresponde a aproximadamente 23,77% da amostra.

A tendência de crescimento também aparece no estudo de painel realizado por Mezacasa Júnior et al. (2021) com estudantes de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande. Ao acompanhar o consumo ao longo de quatro anos, os autores identificaram aumento da prevalência geral de uso de psicoestimulantes de 58% para 68% entre 2015 e 2018. Além disso, a proporção de estudantes que iniciaram o consumo durante a graduação dobrou no período, passando de 15% para 30%. O metilfenidato teve papel central nessa expansão, com crescimento de 21% para 56% entre os alunos acompanhados.

Entre as substâncias mais mencionadas, o metilfenidato aparece com maior frequência, seguido da lisdexanfetamina, sobretudo em cursos como Medicina,

Farmácia e outras graduações marcadas por intensa cobrança acadêmica (Silva et al., 2020; Praxedes; Figueirêdo, 2021; Amaral et al., 2022; Santos et al., 2022; Laet et al., 2023; Marinho et al., 2023; Rousso et al., 2024; Pimentel et al., 2025). Esse consumo, contudo, não se distribui ao acaso. Carneiro, Gomes e Borges (2021), Moreira et al. (2022), Oliveira, Dutra e Fófano (2023) e Araújo (2024) relacionam o uso dessas substâncias a currículos extensos, longas jornadas de estudo, privação de sono e pressão contínua por desempenho, indicando que o medicamento passa a ser mobilizado menos como recurso terapêutico e mais como estratégia para suportar o desgaste.

Rodrigues et al. (2021) e Souza et al. (2024) mostram que as principais motivações para o uso não prescrito envolvem melhoramento cognitivo, aumento da atenção, foco prolongado, redução do sono e alívio do cansaço. Esses elementos revelam o deslocamento do medicamento de sua finalidade clínica para o campo da produtividade acadêmica. O psicoestimulante, nesse caso, passa a ser buscado como recurso para manter corpo e mente funcionando em um cotidiano percebido como excessivo.

Esse movimento, entretanto, não começa necessariamente na graduação. Mendes et al. (2025), ao investigarem estudantes de curso preparatório para Medicina, identificaram que 28,4% já haviam utilizado substâncias para melhorar o desempenho nos estudos, com destaque para o metilfenidato (40%) e a lisdexanfetamina (28%). Entre os participantes que faziam uso de medicamentos, 52% não possuíam prescrição médica. Esse dado amplia a compreensão do fenômeno, pois indica que a associação entre medicação, rendimento e produtividade pode ser construída antes mesmo da entrada na universidade, fortalecendo-se em trajetórias atravessadas por pressão, competitividade e expectativa de alta performance.

Amaral et al. (2022), Laet et al. (2023), Teodoro et al. (2023), Rousso et al. (2024) e Gomes et al. (2025) reforçam essa relação entre o consumo e o desejo de estudar por mais tempo, permanecer desperto e sustentar a produtividade em períodos de maior cobrança. O que se observa, portanto, não é uma prática marginal, mas uma resposta funcional, embora arriscada, a uma rotina acadêmica que frequentemente naturaliza o excesso e transforma o descanso em sinal de atraso.

Essa dinâmica se aproxima do imaginário do neuroaprimoramento, no qual os psicoestimulantes deixam de ser vistos apenas como medicações controladas e passam

a ser investidos da expectativa de ampliar foco, eficiência e rendimento, inclusive entre estudantes sem indicação clínica. Santos et al. (2022), Nasário e Matos (2022), Barbosa, Marquez e Assunção (2023) e Siqueira, Neto e Brito (2023) problematizam justamente essa promessa, pois, embora o consumo seja movido pela expectativa de melhor desempenho, não há evidência robusta de benefício acadêmico claro entre estudantes saudáveis. Assim, a aposta no medicamento se mostra sedutora, mas frágil.

A forma de obtenção dessas substâncias também revela a força do fenômeno. Santos et al. (2022) e Souza et al. (2024, p. 5) indicam que amigos, colegas e conhecidos aparecem como vias recorrentes de acesso ao medicamento, inclusive em formas não autorizadas. Isso mostra que o consumo não depende apenas de uma decisão individual, mas se sustenta em redes concretas de circulação e compartilhamento no ambiente universitário. Quando o medicamento passa a circular com naturalidade entre pares, tende a perder parte de seu caráter excepcional e a ser incorporado como recurso cotidiano para lidar com exaustão, foco e rendimento (Santos et al., 2022; Siqueira; Neto; Brito, 2023; Souza et al., 2024).

Meiners et al. (2022, p. 14), ao analisarem universitários da área da saúde, aproximam esse processo da ideia de “*doping intelectual*”. A expressão é significativa porque aponta para o momento em que o medicamento deixa de ser apenas instrumento terapêutico e passa a funcionar como tecnologia de potencialização no ambiente orientado pela competição e pela valorização intensa do desempenho.

Não por acaso, o fenômeno aparece com maior nitidez entre estudantes de Medicina, Amaral et al. (2022), Moreira et al. (2022), Oliveira, Dutra e Fófano (2023), Araújo (2024), Rousso et al. (2024) e Souza et al. (2024) apontam prevalências expressivas e motivações semelhantes, quase sempre associadas a foco, atenção, vigília e sustentação do rendimento. O estudo comparativo de Souza et al. (2024), ao identificar maior prevalência entre estudantes de Medicina em relação aos de Direito, reforça a hipótese de que cursos mais intensos e competitivos funcionam como terreno especialmente favorável para esse tipo de consumo.

A recorrência desses achados sugere que o problema não está apenas no medicamento, mas também no modo como a experiência acadêmica vem sendo organizada e vivida. Rodrigues et al. (2021, p. 472) sintetizam essa tensão ao afirmar que “a saúde parece ser menos importante do que o desempenho”. A frase expõe uma

inversão difícil de ignorar: sono, descanso, corpo e bem-estar passam a ser relativizados quando a prioridade se torna continuar produzindo. Em diálogo com Han (2017), o que se delinea é uma subjetividade treinada para funcionar mesmo quando já se encontra em esgotamento.

Dessa forma, os padrões de consumo e as motivações para o uso não prescrito de psicoestimulantes no ensino superior revelam uma relação estreita com a lógica do desempenho. O medicamento aparece como atalho para sustentar o rendimento, embora seus efeitos acadêmicos sejam controversos e seus riscos nem sempre sejam plenamente considerados (Rodrigues et al., 2021; Santos et al., 2022; Nasário; Matos, 2022; Barbosa; Marquez; Assunção, 2023; Souza et al., 2024).

Por isso, antes de ser lido apenas como dado estatístico, o fenômeno precisa ser compreendido como expressão de um modo de existência acadêmica marcado por esforço contínuo, insuficiência permanente e dificuldade de interromper o ciclo produtivo. A imagem de Sísifo, retomada ao final deste eixo, ajuda a nomear esse pano de fundo, isto é, quando o rendimento se torna medida de valor, o medicamento pode ocupar, no imaginário estudantil, o lugar de apoio para seguir empurrando a pedra. A questão, portanto, não se limita a saber quantos estudantes usam psicoestimulantes, mas a compreender que tipo de universidade tem feito esse uso parecer uma saída razoável (Bispo; Rosa, 2017).

Repercussões do uso não prescrito de psicoestimulantes na saúde mental dos estudantes universitários

Se, em um primeiro momento, o psicoestimulante pode aparecer como promessa de controle, foco e rendimento, a literatura mostra que esse recurso cobra um preço importante. O que começa como um auxílio para estudar mais, dormir menos e manter a produtividade tende a se converter em ansiedade, irritabilidade, insônia e desgaste subjetivo. Em vez de suprimir o sofrimento, o medicamento frequentemente apenas o desloca ou intensifica, produzindo uma funcionalidade frágil, sustentada à custa do próprio bem-estar. É justamente nesse ponto que os estudos se tornam mais expressivos, ao mostrar que o uso não prescrito de psicoestimulantes não se associa apenas à busca por desempenho, mas também a repercussões relevantes sobre a saúde mental e a qualidade de vida dos universitários (Vieira et al., 2023; Lopes et al., 2024; Pimentel; Braga, 2025).

Entre os efeitos mais recorrentes, destacam-se ansiedade, insônia, alterações de humor, nervosismo, irritabilidade e dependência, o que sugere que os impactos do consumo extrapolam o campo do rendimento acadêmico e atingem diretamente a experiência emocional dos estudantes. No conjunto da literatura revisada, essas repercussões aparecem de forma reiterada, indicando que o uso indiscriminado dessas substâncias não pode ser compreendido como prática neutra ou de baixo custo subjetivo (Vieira et al., 2023; Lopes et al., 2024; Pimentel; Braga, 2025).

Essa relação também se evidencia de forma quantitativa, na revisão sistemática de Praxedes e Figueirêdo (2021), que reuniu estudos sobre o uso indiscriminado de metilfenidato por universitários brasileiros, foram identificados 17 efeitos adversos. Os mais frequentes foram taquicardia ou palpitações (16%), boca seca (12%), perda de apetite (9%), ansiedade (9%), cefaleia (9%), insônia (9%), cansaço após o uso (6%), náuseas (6%), aumento do estresse (4%) e dose dependência (4%). Esses números mostram que os prejuízos não se limitam ao corpo em sentido estrito, mas alcançam dimensões emocionais centrais da vida universitária, como ansiedade, estresse, insônia e queda do bem-estar (Praxedes; Figueirêdo, 2021).

Isso ajuda a desmontar a aparência de funcionalidade imediata que costuma cercar essas substâncias. Embora alguns estudantes relatem melhora temporária da atenção e da capacidade de permanência nos estudos, a literatura mostra que esse efeito não vem sem custo. Entre universitários de Medicina, o consumo foi relacionado à carga horária intensa, ao estresse e a problemas emocionais, com destaque para distúrbios do sono, nervosismo e palpitações. Além disso, outros estudos também apontam a presença de eventos adversos, reforçando que a automedicação com psicoestimulantes está longe de ser um recurso isento de implicações psíquicas (Oliveira; Dutra; Fófano, 2023; Moreira et al., 2022; Araújo, 2024).

O sono ocupa lugar central nesse quadro, e não por acaso, em muitos casos, o estudante recorre ao medicamento justamente para prolongar a vigília, reduzir o cansaço e sustentar o rendimento por mais tempo. O problema é que, quando o descanso passa a ser vivido como obstáculo à produtividade, o corpo deixa de ser reconhecido em seus próprios limites. Nesse contexto, o recurso ao psicoestimulante não apenas convive com a privação de sono, mas pode aprofundá-la, reorganizando o cotidiano em torno de um ciclo de exaustão e estimulação contínua (Marinho et al.,

2023; Pimentel; Braga, 2025).

A ansiedade, por sua vez, não aparece na literatura como efeito periférico, ela surge de forma recorrente, geralmente acompanhada de insônia, alterações de humor e prejuízos ao equilíbrio entre vida acadêmica e vida pessoal. Há aqui uma contradição difícil de ignorar: o mesmo fármaco mobilizado para sustentar o desempenho pode aprofundar estados de tensão já presentes na experiência universitária, agravando justamente o sofrimento que, em muitos casos, motivou seu uso inicial (Vieira et al., 2023; Lopes et al., 2024).

Além da ansiedade, alterações de humor e irritabilidade também aparecem como repercussões frequentes, o que amplia a compreensão dos impactos do uso para além da busca imediata por rendimento. Nessa direção, o problema não se reduz ao consumo inadequado de uma substância, mas envolve o lugar que ela passa a ocupar como resposta rápida ao cansaço, ao sofrimento e à pressão acadêmica. Quando o medicamento é investido dessa função, tende a enfraquecer outras possibilidades de cuidado, como o apoio psicológico e a construção de estratégias mais saudáveis para lidar com o estresse (Praxedes; Figueirêdo, 2021; Barbosa; Marquez; Assunção, 2023).

A questão da dependência torna esse cenário ainda mais delicado, porque não se trata apenas do potencial farmacológico de abuso, mas também do vínculo subjetivo que passa a se estabelecer com a promessa de produtividade. Em parte da literatura, esse risco aparece de forma direta, inclusive pela necessidade de aumentar a dose para obter o mesmo efeito. Em outra camada, mais silenciosa, o estudante passa a acreditar que só conseguirá estudar, manter o foco ou acompanhar o ritmo do curso se recorrer novamente à substância. Assim, o medicamento deixa de ser apenas agente químico e passa a ocupar um lugar simbólico na economia psíquica do desempenho (Praxedes; Figueirêdo, 2021; Lopes et al., 2024; Pimentel; Braga, 2025; Gomes, 2025).

Também chama atenção o fato de que a literatura não sustenta, de forma consistente, a ideia de que esse custo psíquico seria compensado por ganhos acadêmicos robustos. Ao contrário, parte dos estudos problematiza justamente a crença no neuroaprimoramento e mostra ausência de vantagem acadêmica clara entre estudantes saudáveis que utilizam metilfenidato sem indicação clínica. Isso enfraquece a imagem do psicoestimulante como solução eficaz para o desempenho universitário e reforça seu caráter ambivalente: busca-se rendimento, mas acumulam-se riscos, efeitos

adversos e sofrimento (Nasário; Matos, 2022; Siqueira; Neto; Brito, 2023).

Quando se observa o conjunto dos achados, torna-se difícil sustentar a ideia de que essas substâncias resolvem o sofrimento que as motiva. No máximo, oferecem uma resposta rápida e instável para demandas que continuam ativas, como excesso de cobrança, medo de fracassar, privação de sono, dificuldade de acompanhar o ritmo do curso e sensação persistente de insuficiência. O alívio, quando existe, tende a ser momentâneo; depois, o que se impõe é um circuito de desgaste que compromete o equilíbrio entre estudo, vida pessoal e saúde mental (Lopes et al., 2024; Barbosa; Marquez; Assunção, 2023).

Também por isso, os efeitos emocionais do consumo não devem ser lidos de forma descontextualizada, em muitos casos, ansiedade, irritabilidade, insônia e esgotamento não surgem apenas como efeitos colaterais em sentido estrito, mas como repercussões de um encontro entre substância, sobrecarga acadêmica e sofrimento previamente instalado. Mais do que causa única, o psicoestimulante aparece como elemento que participa da intensificação de uma experiência universitária já tensionada, sobretudo em contextos marcados por competitividade, exaustão e alto nível de exigência (Amaral et al., 2022; Oliveira; Dutra; Fófano, 2023).

Em síntese, os estudos analisados indicam que o uso não prescrito de psicoestimulantes se associa a repercussões importantes para a saúde mental dos universitários, incluindo ansiedade, insônia, alterações de humor, irritabilidade, dependência psíquica, aumento do estresse e piora da qualidade de vida. A imagem inicial do medicamento como ferramenta de foco e produtividade perde força diante dos efeitos emocionais e subjetivos descritos na literatura. O que emerge é um quadro bem menos triunfal: o recurso utilizado para sustentar o desempenho pode aprofundar justamente a vulnerabilidade psíquica que muitos estudantes tentavam contornar.

Discutir essas implicações exige, portanto, reconhecer que o problema não está apenas na substância em si, mas na forma como ela é incorporada como resposta ao sofrimento universitário. Quando o medicamento passa a ocupar o lugar de solução para a exaustão, para a ansiedade e para a pressão por desempenho, o risco deixa de ser apenas farmacológico. Ele se torna também subjetivo, relacional e institucional. E talvez seja exatamente aí que a universidade precise ser interpelada: não apenas pelo que seus estudantes consomem, mas pelo tipo de experiência acadêmica que vem tornando esse

consumo plausível.

Contextos acadêmicos que sustentam o consumo de psicoestimulantes

Até agora, vimos quem usa, por que usa e quais os impactos na saúde mental. Resta uma pergunta: o que mantém essa prática? Que condições acadêmicas, sociais e institucionais fazem do psicoestimulante uma alternativa recorrente entre universitários? A literatura reunida nesta revisão sugere que a resposta não está apenas no indivíduo. O consumo se sustenta em cenário de pressão marcado por desempenho, banalização do uso, circulação informal do medicamento, fragilidade no controle de acesso e naturalização da sobrecarga acadêmica.

Os estudos indicam que o ambiente universitário, especialmente em cursos da área da saúde, oferece condições favoráveis para a disseminação desse consumo. Silva et al. (2020) já apontavam a busca por melhor desempenho e a facilidade de acesso como fatores centrais, enquanto Amaral et al. (2022), Gomes (2025) e Pimentel e Braga (2025) situam a prática em contextos marcados por exigência elevada, autocobrança e pressão por rendimento.

Nesse cenário, cursos como Medicina ganham destaque não apenas pela frequência com que aparecem na literatura, mas pela intensidade das condições que cercam a formação. Moreira et al. (2022), Araújo (2024), Rousso et al. (2024) e Siqueira, Neto e Brito (2023) convergem ao mostrar que o consumo se articula à tentativa de acompanhar um ritmo acadêmico intenso e sustentar a produtividade necessária para permanecer competitivo. Em outras palavras, a permanência da prática não depende apenas da substância, mas do modo como a experiência universitária vai sendo organizada em torno da pressão contínua por desempenho.

A manutenção do consumo também se relaciona à circulação informal do medicamento entre pares. Como já discutido, amigos, colegas e conhecidos aparecem com frequência como vias de acesso, o que não apenas facilita a obtenção, mas também contribui para naturalizar seu uso no ambiente universitário. Nesse contexto, o psicoestimulante deixa de ser percebido apenas como medicamento controlado e passa a ocupar o lugar de recurso funcional para sustentar o rendimento (Siqueira; Neto; Brito, 2023).

Essa permanência também se apoia em fragilidades institucionais no controle

do acesso e na fiscalização, embora o metilfenidato seja um psicotrópico regulamentado, cuja venda exige prescrição especial e retenção de receita, a compra sem prescrição e a obtenção por vias indiretas aparecem de forma recorrente nos estudos. Siqueira, Neto e Brito (2023) destacam a facilidade de obtenção sem receita como um dos fatores que sustentam essa prática entre estudantes de Medicina, enquanto Teodoro et al. (2023) e Rousso et al. (2024) reforçam o problema da automedicação e do uso por acadêmicos saudáveis. Isso sugere que a persistência do fenômeno não decorre apenas da demanda estudantil, mas também de brechas na regulação e no controle da dispensação.

Também chama atenção a percepção de segurança em torno dessas substâncias. Barbosa, Marquez e Assunção (2023) discutem a falsa percepção de segurança da Ritalina® quando usada para melhoramento acadêmico. Esse elemento é decisivo: a banalização do consumo não depende apenas de fácil acesso, mas também da crença de que se trata de um recurso relativamente seguro. Quando o psicoestimulante é visto apenas como "ajuda para estudar", seus riscos farmacológicos, emocionais e subjetivos tendem a ser minimizados.

O imaginário do neuroaprimoramento também exerce papel importante, os autores Nasário e Matos (2022) problematizam essa ideia ao questionar se há vantagem acadêmica consistente para estudantes saudáveis. O mesmo se observa em Rodrigues et al. (2021), que identificam o melhoramento cognitivo como principal motivação, esse delineamento revela que por mais que as evidências científicas não sustentem os benefícios esperados, a expectativa de melhor desempenho basta para manter a prática.

Esse quadro se agrava quando a própria universidade não oferece respostas à altura do sofrimento que atravessa a formação. Diante da pressão, o estudante encontra mais facilmente o comprimido do que espaços consistentes de escuta, cuidado psicológico, reorganização da rotina ou debate crítico sobre medicalização. Amaral et al. (2022) já apontavam a necessidade de ações preventivas e educativas nas universidades. Barbosa, Marquez e Assunção (2023) também enfatizam a importância do apoio psicológico e de estratégias saudáveis de enfrentamento do estresse. Esses apontamentos revelam que o uso não prescrito se fortalece, em parte, no vazio de políticas institucionais de cuidado robustas.

Por isso, o fenômeno não pode ser compreendido apenas como problema



farmacológico ou comportamental, mas também institucional. Quando a universidade naturaliza a sobrecarga, valoriza a performance sem discutir seus custos e oferece respostas frágeis ao sofrimento estudantil, acaba participando das condições que tornam o uso plausível. Lopes et al. (2024), ao discutirem impactos sobre a qualidade de vida, mostram que o uso não regulamentado compromete o equilíbrio entre estudo e vida pessoal. Gomes (2025) aponta que a pressão e a exigência acadêmica funcionam como contexto privilegiado para o consumo. Em outras palavras, o medicamento não entra em cena em terreno neutro. Ele é incorporado em ambientes que já operam no limite do cansaço e da competitividade.

Ao observar o conjunto dos estudos, percebe-se que os mecanismos que sustentam o uso não prescrito articulam três dimensões. A farmacológica: a ação estimulante alimenta a crença em maior foco e produtividade. A psicossocial: o desejo de corresponder, a comparação entre pares, a cultura do rendimento e a circulação informal do medicamento. A institucional: a pressão acadêmica, as fragilidades no controle de acesso e a insuficiência de ações preventivas e de cuidado. É a combinação desses elementos que explica por que o fenômeno se mantém, mesmo diante dos riscos já bem documentados (Silva et al., 2020; Siqueira; Neto; Brito, 2023; Lopes et al., 2024; Pimentel; Braga, 2025).

Em síntese, os estudos indicam que o uso não prescrito de psicoestimulantes no ensino superior é sustentado por um conjunto de condições que extrapolam a vontade individual. Pressão por desempenho, banalização do acesso, redes informais de circulação, percepção inflada de benefício, fragilidade no controle da dispensação e insuficiência de políticas institucionais de cuidado compõem um cenário favorável à manutenção da prática. Enfrentar esse fenômeno exige mais do que alertar para os riscos do medicamento. Exige intervir nas condições que têm tornado esse consumo socialmente aceitável, academicamente funcional e subjetivamente desejável entre universitários.

CONCLUSÃO

Esta revisão partiu de um problema concreto: o uso não prescrito de psicoestimulantes entre universitários vem crescendo, mas ainda se sabe pouco sobre o



que move essa prática e o que ela causa na saúde mental dos estudantes. Diante disso, o artigo se propôs a mapear padrões de consumo, motivações e repercussões subjetivas. E, de fato, os achados permitem dizer que o objetivo foi alcançado. As evidências mostram que o metilfenidato e lisdexanfetamina lideram o consumo, especialmente em cursos da área da saúde. Os estudantes buscam, sobretudo, mais foco, atenção e tempo de estudo. Só que esse recurso cobra um preço, ansiedade, insônia, irritabilidade, alterações de humor, dependência psíquica e piora da qualidade de vida aparecem como efeitos frequentes.

Do ponto de vista teórico, o estudo ajuda a organizar um campo de conhecimento ainda disperso, que ora trata o fenômeno como automedicação banal, ora como questão restrita ao desempenho acadêmico. Na prática, os achados apontam caminhos claros. Universidades precisam de ações preventivas, como: educação sobre uso racional de medicamentos, espaços de escuta psicológica e políticas que reconheçam o sofrimento acadêmico como problema institucional, não apenas individual.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o fato de que a maioria das pesquisas incluídas foi desenvolvida com delineamentos transversais, o que dificulta estabelecer relações causais mais consistentes entre o uso não prescrito e seus impactos sobre a saúde mental. Além disso, há um claro viés de área: quase tudo se concentra em Medicina e outros cursos da saúde. Pouco se sabe sobre o que acontece em outros campos do conhecimento. E a literatura ainda privilegia números (prevalências, motivações), deixando em segundo plano os sentidos subjetivos que os próprios estudantes atribuem ao uso.

Diante disso, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o olhar para diferentes áreas do conhecimento, utilizem delineamentos longitudinais e investiguem com maior profundidade a relação entre uso não prescrito de psicoestimulantes, sofrimento psíquico, medicalização da vida universitária e cultura do desempenho. Estudos qualitativos também podem oferecer contribuições importantes ao permitir maior aproximação com a experiência vivida dos estudantes, seus modos de significar esse uso e as condições concretas que o tornam uma alternativa plausível no cotidiano acadêmico.

Em suma, o que esta revisão permite afirmar é que o uso não prescrito de



psicoestimulantes no ensino superior vai muito além da escolha individual. Ele é expressão de um modo de vida acadêmica marcado por pressão contínua, cansaço legitimado e poucas margens para o cuidado. Enfrentá-lo, portanto, exige mais do que cartilhas sobre riscos. Exige intervir nas condições que tornam esse uso compreensível, frequente e, para muitos, quase inevitável.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Natália Aparecida et al. Precisamos falar sobre uso de metilfenidato por estudantes de medicina: revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 46, n. 2, e060, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/7HppcM7ctQFNf6v5tQVBbdp/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

ARAÚJO, Jordânia Giselle de. Consumo de neuroestimulantes por estudantes de medicina. **Repositório Institucional do UNIFIP**, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://editora.unifip.edu.br/repositoriounifip/article/view/1308>. Acesso em: 23 mar. 2026.

BARBOSA, Carla da Silva; MARQUEZ, Carolinne Oliveira; ASSUNÇÃO, Leonardo Flor. O uso inadequado de Ritalina® para melhoramento acadêmico universitário. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 12, n. 13, p. e100121344315, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i13.44315>.

BISPO, Milene Fontes de Menezes; ROSA, Roberto Sávio. O MITO DE SÍSIFO: A DECISÃO DE VIVER OU SUPRIMIR A VIDA. **Filosofando**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/filosofando/article/view/2134>. Acesso em: 5 abr. 2026.

CARNEIRO, Nathalia Bufaiçal Rassi; GOMES, Daniela Alves dos Santos; BORGES, Leonardo Luiz. Perfil de uso de metilfenidato e correlatos entre estudantes de medicina. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Campinas, v. 13, n. 2, p. e5419, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e5419.2021>.

DANTAS, H. L. de L., Costa, C. R. B., Costa, L. de M. C., Lúcio, I. M. L., & Comassetto, I. (2022). Como elaborar uma revisão integrativa: Sistematização do método científico. **Revista Recien**, 12(37), 334–345. <https://doi.org/10.24276/rrecien2022.12.37.334-345>

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 9-11, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/enfermeria/resource/pt/lil-716875>. Acesso em: 23 mar. 2026.

GOMES, Láysa Rodrigues de Lima et al. Uso do cloridrato de metilfenidato por estudantes da área médica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 1, p. e7380, 2025. Disponível em:



<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7380>. Acesso em: 23 mar. 2026.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

LAET, Bianca Caldeira Pereira da Cruz et al. Uso de metilfenidato por estudantes universitários: uma revisão de literatura. **Revista Científica FACS**, Governador Valadares, v. 22, n. 2, p. 30-39, 2023. Disponível em: <https://periodicos.univale.br/index.php/revcientfacs/article/view/332>. Acesso em: 23 mar. 2026.

LOPES, Janaína do Vale et al. Metilfenidato e Venvanse: o impacto na qualidade de vida dos estudantes de medicina. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 8, p. 1891-1906, 2024. Disponível em: <https://bjjhs.emnuvens.com.br/bjjhs/article/view/2924>. Acesso em: 23 mar. 2026.

MARINHO, G. P. et al. O uso de estimulantes cerebrais entre estudantes de medicina: revisão integrativa. **Saúde Coletiva (Barueri)**, Barueri, v. 13, n. 87, p. 12872-12885, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2023v13i87p12872-12885>.

MEINERS, Mariana Maria Monteiro de Araujo et al. Percepções e uso do metilfenidato entre universitários da área da saúde em Ceilândia, DF, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, e210619, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210619>.

MENDES, Tâmaro Chagas; TEIXEIRA, Paulo Tarso Farias; LEONHARDT, Rafael Magno; LIMA, Tamires Ayra de Carvalho Ferreira; LIMA, Camila de. Uso de substâncias para melhorar o desempenho acadêmico entre estudantes de curso preparatório: estudo transversal. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 49, n. 3, e093, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v49.3-2024-0093>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v49.3-2024-0093>. Acesso em: 30 abr. 2026.

MEZACASA JÚNIOR, Rudinei Carlos; MENECHINI, Kevin Francisco Durigon; DEMENECH, Lauro Miranda; MORGAN, Henri Luiz; PETRY, Arthur Franzen; DUMITH, Samuel Carvalho. Consumo de psicoestimulantes por estudantes de medicina de uma universidade do extremo sul do Brasil: resultados de um estudo de painel. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 31, p. 1-9, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-6108.2021.1.38886>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-6108.2021.1.38886>. Acesso em: 30 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, Brisa Marina de Meireles et al. Metilfenidato e melhoramento cognitivo em



universitários: um estudo de revisão sistemática. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 4, p. 232-242, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v13i4p232-242>.

MOREIRA, Stephanny Carolinne et al. O uso do cloridrato de metilfenidato e seus fatores influenciadores na vida de jovens estudantes do curso de medicina. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 7, p. e9911729715, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29715>.

NASÁRIO, Bruna Rodrigues; MATOS, Maria Paula Pires. Uso não prescrito de metilfenidato e desempenho acadêmico de estudantes de medicina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, e235853, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/tyxSMDVHkzbbLwB97m6f7zK/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

OLIVEIRA, Fabiana Souza; DUTRA, Hadassa Franca; FÓFANO, Gabriella Afonso. Consumo de psicoestimulantes por estudantes de medicina em um centro universitário privado. **Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago”**, Goiânia, v. 9, p. 1-15, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22491/2447-3405.2023.V9.9f7>.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, London, v. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PIMENTEL, Deldy Moura et al. Uso indiscriminado do cloridrato de metilfenidato. **Revista Interdisciplinar de Cuidados e Inovação em Saúde (RICIS)**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.71136/ricis.v1i1.863>.

PRAXEDES, Maria de Souza; FIGUEIRÊDO DE SÁ FILHO, Giseldo. O uso de metilfenidato entre estudantes universitários no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 39-49, 2021. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/669>. Acesso em: 23 mar. 2026.

RODRIGUES, Laís de Aquino et al. Uso não prescrito de metilfenidato por estudantes de uma universidade brasileira: fatores associados, conhecimentos, motivações e percepções. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 463-473, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129040437>.

ROSA, Amanda Freitas et al. O uso de Metilfenidato (Ritalina®) por estudantes de Medicina de um Centro Universitário de Porto Velho. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 4, e6846, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e6846.2021>. Acesso em: 30 abr. 2026.

ROUSSO, Isabella Rodrigues et al. O uso sem prescrição médica de metilfenidato e lisdexanfetamina por estudantes de medicina. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 24, p. e15977, 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/15977>. Acesso em: 23 mar. 2026.



SAHÃO, Fernanda Torres; KIENEN, Nádia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 25, e224238, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021224238>.

SANTOS, Maressa Irene dos et al. Uso não prescrito de metilfenidato por universitários do curso de farmácia: uma barreira para o uso racional de medicamentos. **Archives of Health Investigation**, Araçatuba, v. 11, n. 3, p. 492-497, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21270/archi.v11i3.5570>.

SILVA, Ítalo Henrique Alves da; LEITE, Ana Helena Pereira; TELLES, Ana Maria da Silva. Uso indevido de metilfenidato por universitários da área da saúde: revisão sistemática. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 33-42, 2020. Disponível em: <https://revistaccs.espdf.fepecs.edu.br/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/777>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SIQUEIRA, Gabriel Mizzerani; NETO, Dário Santana; BRITO, Caio Vinicius Botelho. Uso de metilfenidato entre estudantes de medicina: prevalência, motivações e consequências. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 11, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/issue/view/319>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

TEODORO, J. H. F. et al. O uso de metilfenidato e dimesilato de lisdexanfetamina por estudantes universitários de medicina: uma revisão da literatura. **Revista Remecs - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, p. 44, 2023. Disponível em: <https://revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/1380>. Acesso em: 23 mar. 2026.

VIEIRA, Victor Cardozo et al. Uso indiscriminado de Ritalina entre estudantes da saúde: revisão integrativa de literatura. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, v. 10, p. 778-789, 2023. Disponível em: https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_31/Trabalho_60_2023.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>. Acesso em: 23 mar. 2026.